
Babilônia Holding S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Babilônia Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Babilônia Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Babilônia Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

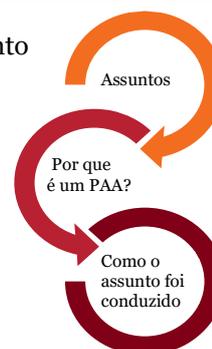
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Babilônia Holding S.A. e da Babilônia Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Babilônia Holding S.A.

Nossa auditoria em 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita

Conforme descrito nas Notas 1.1, 5 e 22 às demonstrações financeiras, a receita das controladas da Companhia advém do suprimento de energia elétrica decorrente de venda de energia no Leilão de Energia de Reserva (LER). O correspondente contrato firmado estabelece metodologia de apuração de uma denominada Conta de Energia e, nessa apuração, estão previstas faixas de geração que podem ocasionar ressarcimentos ou receitas variáveis excedentes. Dessa forma, o processamento incorreto de dados ou informações podem gerar distorções no reconhecimento da receita no período. Sendo assim, esse assunto foi considerado como o principal assunto de nossa auditoria.

Para responder a este principal assunto de auditoria, os nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) testes sobre a ocorrência, integridade e acuracidade das receitas reconhecidas pelas controladas, considerando a metodologia de apuração da Conta de Energia e as correspondentes faixas de geração; (b) verificação, em base de testes, da consistência dos valores contábeis apurados com os dados dos controles de captura da energia gerada no período; (c) confronto, em base de testes, dos valores apurados com as faturas emitidas; (d) teste de recebimentos subsequentes das faturas emitidas; e (e) leitura das divulgações efetuadas pela administração nas demonstrações financeiras.

Consideramos que o reconhecimento da receita é suportado por controles de captura e processamento dos dados desenvolvidos para seguir a metodologia de apuração da Conta de Energia e que as divulgações em notas explicativas são consistentes com as informações obtidas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Babilônia Holding S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Babilônia Holding S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de maio de 2021

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Balancos Patrimoniais findo em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.228	5.188	71.711	22.164
Concessionárias	9	-	-	14.744	25.322
Impostos a compensar	10	16	15	39	-
Cauções e depósitos vinculados	12	-	-	-	3.187
Dividendos a receber	11	-	5.024	-	-
Despesas pagas antecipadamente		376	1	2.035	425
Partes Relacionadas	11	1.894	-	3	-
		<u>4.515</u>	<u>10.228</u>	<u>88.532</u>	<u>51.573</u>
Não Circulante					
Concessionárias	9	-	-	-	83
Cauções e depósitos vinculados	12	-	-	25.824	30.998
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.824</u>	<u>31.081</u>
Investimentos	13	290.718	277.861	-	-
Imobilizado	14	-	-	818.267	844.981
		<u>290.718</u>	<u>277.861</u>	<u>818.267</u>	<u>844.981</u>
Total do ativo		<u>295.232</u>	<u>288.089</u>	<u>932.623</u>	<u>927.635</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	15	762	2	10.852	3.546
Impostos a pagar	10	1	-	1.864	1.838
Outros impostos a pagar	10	-	-	634	-
Dividendos a pagar	11	-	5.024	-	5.024
Debentures	17	5.887	838	5.887	838
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	27.028	23.792
Partes Relacionadas		-	-	22	-
		<u>6.651</u>	<u>5.864</u>	<u>46.287</u>	<u>35.038</u>
Não Circulante					
Debentures	17	80.568	84.050	80.568	84.050
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	569.947	595.971
Provisões	18	-	-	3.110	2.805
Outras contas a pagar	19	-	-	24.698	11.596
		<u>80.568</u>	<u>84.050</u>	<u>678.323</u>	<u>694.422</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	20	182.048	182.047	182.048	182.047
Reservas de lucros		24.415	15.071	24.415	15.071
Reserva Legal		1.550	1.058	1.550	1.058
Lucro (Prejuízo) acumulado		-	-	-	-
		<u>208.013</u>	<u>198.175</u>	<u>208.013</u>	<u>198.175</u>
Participações não controladores		-	-	-	-
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores		208.013	198.175	208.013	198.175
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>295.232</u>	<u>288.089</u>	<u>932.623</u>	<u>927.635</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	22	-	-	131.904	142.063
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica					
Encargos de uso da rede elétrica	23	-	-	(6.347)	(6.076)
Custo de operação	23				
Materiais e serviços de terceiros		-	-	(16.657)	(17.979)
Depreciações e amortizações		-	-	(28.964)	(29.335)
Outros custos de operação		(0)	-	(5.170)	(3.693)
Lucro bruto		<u>(0)</u>	<u>-</u>	<u>74.765</u>	<u>84.980</u>
Despesas Operacionais					
Despesas gerais e administrativas	23	(83)	(438)	(7.120)	(1.884)
Depreciações e amortizações		-	-	-	-
Outras Despesas e Receitas operacionais	24	-	-	7.943	-
Resultado antes do Resultado financeiro, tributos e participações societárias		<u>(83)</u>	<u>(438)</u>	<u>75.588</u>	<u>83.096</u>
Resultado Financeiro		9.942	23.697	(58.698)	(55.232)
Resultado das participações societárias		18.982	25.938	-	-
Receitas financeiras	24	84	275	1.017	813
Despesas financeiras	24	(9.124)	(2.516)	(59.716)	(56.045)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>9.859</u>	<u>23.259</u>	<u>16.890</u>	<u>27.864</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	-	-	(7.031)	(4.605)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		<u>9.859</u>	<u>23.259</u>	<u>9.859</u>	<u>23.259</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado líquido do exercício	9.859	23.259	9.859	23.259
Outros resultados abrangentes				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	9.859	23.259	9.859	23.259

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de Capital	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucro (prejuízo) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	146.925	35.122	-	-	(2.107)	179.940
Aumento de capital com AFAC conf AGE	35.122	(35.122)	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	23.259	23.259
Constituição de reserva legal	-	-	1.057	-	(1.057)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(5.024)	(5.024)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	15.071	(15.071)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	182.047	-	1.057	15.071	-	198.175
Lucro do exercício	-	-	-	-	9.859	9.859
Reversão dos dividendos obrigatórios	-	-	-	(21)	-	(21)
Constituição de reserva legal	-	-	493	-	(493)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(2.342)	(2.342)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	7.025	(7.025)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	182.047	-	1.550	22.074	-	205.671

Demonstrações de Fluxo de Caixa

(em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	9.859	23.259	16.890	27.864
Resultado das participações societárias	(18.982)	(25.938)	-	-
Depreciação	-	-	28.964	29.335
Perda no valor recuperável do imobilizado	-	-	-	-
Encargos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	8.488	2.435	51.914	55.335
Outras Despesas Financeiras	-	-	-	-
Rendimentos de aplicação financeira	-	-	-	-
Outras Receitas (Reembolso Seguro Lucros Cessantes)	-	-	-	-
Juros provisão para desmantelamento	-	-	305	305
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada	-	-	13.849	(941)
	<u>(635)</u>	<u>(244)</u>	<u>111.921</u>	<u>111.898</u>
Varição em:				
Concessionárias	-	-	10.661	(966)
Impostos a compensar	(1)	(14)	(39)	143
Despesas pagas antecipadamente	(375)	(1)	(1.610)	(420)
Partes Relacionadas	(1.894)	-	19	-
Dividendos Recebidos	5.602	-	-	-
Outros créditos	-	1.000	475	623
Fornecedores	760	(4)	7.306	(75.464)
Impostos a pagar	1	-	110	-
Outros impostos a pagar	-	(1)	634	(121)
Outras contas a pagar	-	-	(746)	(12.511)
	<u>3.458</u>	<u>736</u>	<u>128.731</u>	<u>23.182</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais				
Juros pagos	(3.874)	(1.421)	(47.604)	(30.976)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(7.115)	(3.796)
	<u>(416)</u>	<u>(685)</u>	<u>74.011</u>	<u>(11.590)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.548	-	-	-
Aumento de capital em controladas	-	(40.630)	-	-
Cauções e depósitos vinculados	-	-	8.361	(34.185)
Adições ao imobilizado	-	-	(2.250)	(5.716)
Baixa de imobilizado	-	-	-	5.823
	<u>5.548</u>	<u>(40.630)</u>	<u>6.111</u>	<u>(34.078)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(37.507)	-	(37.507)
Dividendos Pagos	(5.045)	-	(5.045)	-
Titulos recebidos	-	-	-	-
Custo de transação e amortização do principal de empréstimo e debêntures	(3.046)	(3.126)	(25.530)	(18.468)
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	87.000	-	112.664
	<u>(8.092)</u>	<u>46.367</u>	<u>(30.575)</u>	<u>56.689</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos				
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa				
	<u>(2.960)</u>	<u>5.052</u>	<u>49.547</u>	<u>11.021</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.188	136	22.164	11.143
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.228	5.188	71.711	22.164
	<u>(2.960)</u>	<u>5.052</u>	<u>49.547</u>	<u>11.021</u>

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Babilônia Holding S.A. (Companhia ou Controladora ou Babilônia), também referida isoladamente ou em conjunto com suas controladas como Grupo, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de São Paulo – SP. Constituída em 8 de dezembro de 2016, tem por objeto social a participação em outras sociedades, exploração do potencial de projetos eólicos, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade.

A Companhia tem sede e foro na Rua São Tomé, 86, 8ª andar, Sala 2, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

As participações diretas detidas pela Companhia são as seguintes:

Empresas	Consolidação	31/12/2020		31/12/2019	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Central Eólica Babilônia I (Babilônia I)	Integral	100%	0%	100%	0%
Central Eólica Babilônia II (Babilônia II)	Integral	100%	0%	100%	0%
Central Eólica Babilônia III (Babilônia III)	Integral	100%	0%	100%	0%
Central Eólica Babilônia IV (Babilônia IV)	Integral	100%	0%	100%	0%
Central Eólica Babilônia V (Babilônia V)	Integral	100%	0%	100%	0%

Alteração de Controle Acionário

Em 11 de fevereiro de 2020, foi concluída a aquisição das Eólicas Babilônia da EDP Renováveis pelo Grupo Actis.

1.1 Autorizações dos Parques Eólico Babilônia I, II, III, IV e V

As controladas possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as seguintes autorizações e registros de geração

Empresa	Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Autorização	
							Início	Término
Central Eólica Babilônia I	Ventos de Santa Aparecida	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	11/07/2016	11/07/2051
Central Eólica Babilônia II	Ventos de Santa Beatriz	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	25/07/2016	25/07/2051
Central Eólica Babilônia III	Ventos de São Gabriel	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	14,3	19/07/2016	19/07/2051
Central Eólica Babilônia IV	Ventos de Santa Aurora	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	13,9	14/07/2016	14/07/2051
Central Eólica Babilônia V	Ventos de Santa Emília	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	14,2	19/07/2016	19/07/2051

A Companhia em 13 de novembro de 2015 vendeu 72,8 MW médio de energia no Leilão de Energia de Reserva (LER), por meio de cinco projetos de geração eólica: Ventos de Santa Aparecida, Ventos de Santa Aurora, Ventos de Santa Beatriz, Ventos de Santa Emília e Ventos de São Gabriel, localizados no estado da Bahia, região nordeste do Brasil. Em conjunto, os projetos somam capacidade instalada de 136,5 MW.

- Em 14 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.598, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia V para início de operação comercial. A usina geradora de energia eólica entrou em operação comercial em 01 de Novembro de 2018
- Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.714, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia I para início de operação comercial. A usina geradora de energia eólica entrou em operação comercial em 01 de Novembro de 2018
- Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.713, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia II para início de operação comercial. A usina geradora de energia eólica entrou em operação comercial em 01 de Novembro de 2018
- Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.712, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia III para início de operação comercial. A usina geradora de energia eólica entrou em operação comercial em 01 de Novembro de 2018
- Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.711, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia IV para início de operação comercial. A usina geradora de energia eólica entrou em operação comercial em 01 de Novembro de 2018

COVID - 19 – Coronavírus –Impactos para a Companhia

A Companhia desde fevereiro de 2020 vem monitorando e acompanhando semanalmente os impactos da crise sanitária e, conseqüentemente, econômica causada pela disseminação do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, além de analisar de forma contínua a adoção de medidas necessárias para a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade. As primeiras ações foram diretamente direcionadas à saúde e segurança dos funcionários da operação, fornecedores terceirizados e das comunidades localizadas nas suas zonas de influência. Foi efetuada a disponibilização de recursos voltados a prevenir a disseminação do COVID-19, restringidas as viagens nacionais e internacionais, suspensão de visitas técnicas aos parques, adoção de home office para determinado grupo de empregados, etc.

Destacamos que a receita da Companhia vem integralmente do mercado de energia regulado na modalidade contrato de energia de reserva não tendo exposição ao mercado livre de energia. Não houve impactos financeiros na Companhia em função do COVID-19.

Constrained-off

Em 2019, a ANEEL instaurou a audiência pública nº 034 para tratar da regulamentação referente aos procedimentos e critérios para apuração do montante e respectivo ressarcimento em decorrência de restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas conectadas em rede básica ou DIT e que são despachadas centralizadamente ou parte de conjuntos de usinas

consideradas na programação da operação. Simultaneamente, estabeleceu à CCEE a suspensão dos ressarcimentos estabelecidos em contratos de energia elétrica no ambiente de contratação regulada (CCEAR) e na contratação de energia de reserva apurados a partir de agosto de 2019, relativos a usinas eólicas objeto de pedidos de reconhecimento de constrained-off à ANEEL, como consubstanciado no Despacho nº 2.303, de 20 de agosto de 2019 (Despacho). O Despacho não trata, porém, das usinas que não possuem os referidos contratos.

Em outubro de 2020, a Aneel publicou Nota Técnica com a análise das contribuições e nova minuta de normativa, na qual estabelece que somente os eventos de restrição por constrained-off ocorridos a partir do 7º mês civil após a publicação da normativa estarão submetidos ao novo regramento, excluindo os casos sobrestados referentes às usinas com contratos tanto no ambiente regulado quanto no livre. A regulamentação está prevista para o 1º semestre de 2021, de acordo com a Agenda Regulatória 2021/2022 da ANEEL.

A Companhia faz parte dos casos sobrestados na Aneel cujos ressarcimentos referentes ao CER encontram-se suspensos nos termos do referido Despacho. Não houve impactos nas Demonstrações Financeiras de 2020. Todas as provisões foram feitas dentro do período e o desconto das penalidades aconteceria apenas em Janeiro de 2021.

2 Base de preparação

2.1 Resumo das principais políticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e com base nos planos da administração entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de maio de 2021.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das regras contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4

2.4 Base de Consolidação

As políticas contábeis e as demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das Controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora através do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas.

- Imobilizado: determinação da vida útil, com base em dados não observáveis significativos (nota explicativa nº14)
- Provisão para desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº18)

5 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b. Concessionárias

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os mecanismos anuais e quadrienais, são detalhados na nota explicativa nº9.

c. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxa anual média de 3%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

d. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Fornecedores

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

g. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente nas dastas em que são originados. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

h. Debêntures

As debêntures são reconhecidos inicialmente nas dastas em que são originadas. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

i. Provisões

Desmantelamento

São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

j. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

k. Imposto de renda e contribuição social

Para as controladas Babilônia I, II, III, IV e V o imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

Para a Companhia, o imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro real), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro real), por meio da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados ao impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro e o ICPC 22 / IFRIC 23.

l. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior.

m. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

- ***Receita operacional líquida***

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte.

- ***Receitas e despesas financeiras***

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente.

n. Ativos e passivos financeiros

Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, a classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remensurados considerando as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva.

Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa 25.1. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros”, IFRS 4 “Contratos de Seguro e IFRS 16 “Arrendamentos”:** as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2021. Os contratos da Companhia vinculados a EURIBOR e LIBOR estão sendo revistos entre as partes e serão atualizados pelas respectivas taxas alternativas divulgadas, acrescidas de spread. A administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição.
- **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado":** em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”:** em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”:** emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de

2022.

- **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção desses novos pronunciamentos.

7 Gestão De Riscos Do Negócio

A Companhia possui as seguintes políticas: Código de Conduta, Política Antissuborno e Anticorrupção, Política de Relacionamento com Terceiros e Política de Condução de Investigação Interna. Além disso, implementou comitês trimestrais de Operação, ESG e Financeiro e reuniões de Conselho também trimestrais que discutem, entre outros, os assuntos de integridade dos negócios. Os Comitês e reuniões de Conselho possuem membros da investidora Actis, com sede em Londres.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	33	46	1.512	3.050
Aplicações Financeiras - renda fixa	2.196	5.142	70.199	19.114
	<u>2.228</u>	<u>5.188</u>	<u>71.711</u>	<u>22.164</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, são referentes aos saldos das contas de livre movimentação e centralizadoras. As contas centralizadoras recebem as receitas dos contratos de venda de energia, que são utilizadas para pagamento de dívidas e, caso necessário, complementação de saldo mínimo de contas reservas das dívidas. Os valores remanescentes, são transferidos para as contas de livre movimentação.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados a taxa média de 94% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem (Nota explicativa nº25).

9 Concessionárias

A composição da conta concessionárias é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
CCEE (*)	1.797	2.091
CER (**)	12.947	23.314
	<u>14.744</u>	<u>25.405</u>

* Câmara de comercialização de energia elétrica

** Contrato de energia de reserva

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo era composto pelos seguintes valores e que não constituem Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD): R\$ 1.797 (14%) de Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, referente às receitas da operação em teste e que são recebidas mensalmente em pequenas parcelas até a total liquidação dos valores; R\$ 10.641 (86%) pelo contrato bilateral de suprimento de energia elétrica das Controladas com a CCEE – CER.

Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer		
Até 60 dias	12.947	23.314
Mais de 60 dias	1.797	2.091
	<u>14.744</u>	<u>25.405</u>

Os contratos do CER têm as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré-estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, sobre a ótica de quatro cenários, conforme segue.

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual à CCEE
2	Entre 90% e 100%	Não gera ressarcimento anual e pode gerar ressarcimento quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento valorado a 70% do preço de CER

Os déficits de geração anual são cobrados no ano subsequente à contabilização da CCEE (2021) e os déficits ou saldos positivos das apurações quadriennais serão cobrados no final do primeiro quadriênio em 2023.

10 Impostos

Os impostos são apresentados líquidos entre ativo e passivo, no Balanço patrimonial, conforme segue abaixo:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Pagamentos	Compensa ção de tributos	Saldo em 31/12/2020
Ativos Compensáveis					
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-
IRRF sobre aplicações financeiras	35	39	(35)	-	39
Impostos Pagos a Maior	-	-	-	-	-
	<u>35</u>	<u>39</u>	<u>(35)</u>	<u>-</u>	<u>39</u>
Passivo - a recolher					
	<u>Saldo em 31/12/2019</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Compensa ção de tributos</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>
Imposto de renda e contribuição social	1.277	7.014	(7.115)	-	1.176
ICMS sobre diferencial de alíquota	15	85	(87)	-	13
PIS e COFINS	374	3.386	(3.244)	-	516
ISS	14	44	(9)	-	49
PIS, COFINS e CSLL - Serviços	161	820	(406)	-	575
IRRF - Serviços	6	77	(29)	(4)	50
Outros	25	149	(53)	(2)	119
	<u>1.873</u>	<u>11.575</u>	<u>(10.943)</u>	<u>(6)</u>	<u>2.498</u>

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2020	Compensações Ativo / Passivo	Saldo Líquido dos Impostos	Saldo em 31/12/2020	Compensações Ativo / Passivo	Saldo Líquido dos Impostos
Ativos Compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-
IRRF sobre aplicações financeiras	16	-	16	39	-	39
Impostos Pagos a Maior	-	-	-	-	-	-
	<u>16</u>	<u>-</u>	<u>16</u>	<u>39</u>	<u>-</u>	<u>39</u>
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	1.177	-	1.177
ICMS sobre diferencial de alíquota	-	-	-	14	-	14
PIS e COFINS	-	-	-	515	-	515
ISS	-	-	-	50	-	50
PIS, COFINS e CSLL - Serviços	1	-	1	573	-	573
IRRF - Serviços	-	-	-	50	-	50
Outros	-	-	-	119	-	119
	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>2.497</u>	<u>-</u>	<u>2.497</u>

11 Transação com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Ativo		Passivo		(-)Despesas/Receitas no exercício	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos	Babilônia I	382	-	-	-	382	-
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos	Babilônia II	379	-	-	-	379	-
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos	Babilônia III	379	-	-	-	379	-
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos	Babilônia IV	379	-	-	-	379	-
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos	Babilônia V	379	-	-	-	379	-
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos	Astic	-	-	(22)	-	(22)	-
Dividendos a pagar	Babilônia I	-	1.005	-	-	-	-
Dividendos a pagar	Babilônia II	-	1.306	-	-	-	-
Dividendos a pagar	Babilônia III	-	754	-	-	-	-
Dividendos a pagar	Babilônia IV	-	703	-	-	-	-
Dividendos a pagar	Babilônia V	-	1.256	-	-	-	-
		<u>1.898</u>	<u>5.024</u>	<u>(22)</u>	<u>-</u>	<u>1.876</u>	<u>-</u>

Compartilhamento de atividades e alocação de gastos

A Babilônia Holding é subsidiária integral da Astic IE Participações S.A e detém 100% das ações das Centrais Eólicas Babilônias I, II, III, IV e V. As empresas desenvolvem atividades complementares, que exigem coordenação e empenho em comuns. Por meio de Acordo de Divisão de Custos e Rateio de Despesas, compartilham estrutura, recursos humanos e determinados contratos necessários para o exercício de suas atividades.

11.1 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

A controladora direta da Companhia é a Astic IE Participações S.A. e as subsidiárias são as Centrais Eólicas Babilônias I, II, III, IV e V.

11.2 Remuneração dos administradores

A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Babilônia Holding S.A. e repassada para cada uma das SPEs através de compartilhamento de custos conforme nota explicativa nº 11. Durante o ano de 2020, o montante totalizou R\$ 1.029.034,00.

12 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cauções e depósitos vinculados empréstimos	-	-	20.276	30.998
Cauções e depósitos vinculados debêntures	-	3.187	5.548	-
	-	3.187	25.824	30.998

Como cauções e depósitos vinculados são consideradas as contas reservas dadas em garantia ao contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e debêntures, foram estabelecidos o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretroatável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá manter saldo correspondente a três vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida durante o período de amortização. A Conta Reserva de O&M deverá manter um saldo integral mínimo de O&M equivalente a 3 (três) vezes o valor mensal da última prestação do serviço de manutenção do aerogeradores. A conta Reserva Serviço da Dívida Debêntures deverá manter um saldo mínimo do valor da próxima parcela a vencer.

O saldo disponível na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 25.824 foi aplicado em Certificado de Depósitos Bancários - CDB DI e operações compromissadas com remuneração média a taxa média de 84% do Certificado de Depósito Interbancário CDI junto ao Banco Santander visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.

13 Investimentos

13.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Saldo em 31/12/2019	Equivalência Patrimonial	Redução de Valor (Capital)	Saldo em 31/12/2020	% participação	
					Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019
Investimentos						
Babilônia I	55.702	3.931	(1.158)	58.475	100%	100%
Babilônia II	56.501	5.288	(1.158)	60.631	100%	100%
Babilônia III	54.438	2.274	(1.090)	55.622	100%	100%
Babilônia IV	54.258	2.712	(1.059)	55.911	100%	100%
Babilônia V	56.384	4.776	(1.082)	60.078	100%	100%
	277.284	18.982	(5.548)	290.718		

13.2 Participação direta nos investimentos

Companhias	Ações (mil)		% participação				Ativos Totais		Passivo (Circulante e Não Circulantes)		Patrimônio Líquido		Receitas		Resultado do Exercício	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Ordinárias	Ordinárias	Capital Social integralizado	Capital votante	Capital Social integralizado	Capital votante										
Babilônia Holding																
Babilônia I	53.849	53.849	100%	100%	100%	100%	187.998	185.493	129.522	129.791	58.475	55.702	26.701	29.019	3.931	5.630
Babilônia II	53.731	53.731	100%	100%	100%	100%	188.710	185.952	128.079	129.451	60.631	56.501	27.508	29.700	5.288	6.554
Babilônia III	59.536	59.536	100%	100%	100%	100%	185.184	184.188	129.562	129.750	55.622	54.438	25.633	27.484	2.274	3.963
Babilônia IV	54.490	54.490	100%	100%	100%	100%	184.662	183.053	128.750	128.795	55.911	54.258	24.786	26.357	2.712	3.827
Babilônia V	53.668	53.668	100%	100%	100%	100%	183.450	183.760	123.372	127.376	60.078	56.384	27.275	29.102	4.776	5.964

14 Imobilizado

	31/12/2020			31/12/2019			
	Taxas anuais médias de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Máquinas e equipamentos	3,00%	878.994	(60.732)	818.262	876.747	(31.769)	844.978
Móveis e utensílios	20%	7	(2)	5	4	(1)	3
Total do imobilizado		879.002	(60.734)	818.267	876.751	(31.770)	844.981

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Consolidado			
	Valor líquido em	Ingressos	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2020
Imobilizado em serviço				
Geração				
Máquinas e equipamentos	844.978	2.247	(28.962)	818.263
Móveis e utensílios	3	3	(2)	4
Total do imobilizado em serviço	844.981	2.250	(28.964)	818.267
Total do imobilizado	844.981	2.250	(28.964)	818.267

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Baixa	Depreciação	Transferencia	Valor líquido em 31/12/2019
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	874.244	5.716	(5.823)	(29.334)	174	844.978
Móveis e utensílios	4	-	-	(1)	-	3
Total do imobilizado em serviço	874.248	5.716	(5.823)	(29.335)	174	844.981
Total do Imobilizado em curso	174	-	-	-	(174)	-
Total do imobilizado	874.422	5.716	(5.823)	(29.335)	-	844.981

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	116	16
Materiais e serviços	762	2	10.736	3.530
Total	762	2	10.852	3.546

O saldo dos fornecedores teve aumento em comparação a 2019, pois as notas recebidas em dezembro de 2020 pelo fornecedor de O&M WTG foram pagas apenas em janeiro de 2021.

16 Empréstimos e financiamentos

16.1 Composições do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do Contrato	Custo da Dívida	Forma de pagamento	31/12/2020				31/12/2019					
							Encargos	Principal			Encargos	Principal				
								Circulante	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda nacional																
BNDES	574.000	25/09/2017	586.790	25/09/2017 a 15/05/2035	TJLP + 2,48% a.a.	Principal e Juros mensais	1.705	25.323	573.709	600.737	2.010	21.782	600.290	624.082		
BNDES - custo de transação						Amortização mensal			(3.762)	(3.762)			(4.319)	(4.319)		
							1.705	25.323	569.947	596.975	2.010	21.782	595.971	619.763		

16.2 Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Amortização	Valor líquido em 31/12/2020
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
Principal	21.782	-	-	-	26.582	(23.041)	25.323
Juros	2.010	-	(43.731)	43.426	-	-	1.705
	23.792	-	(43.731)	43.426	26.582	(23.041)	27.028
Não Circulante							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
Principal	600.290	-	-	-	(26.582)	-	573.709
Custo de Transação	(4.319)	557	-	-	-	-	(3.762)
	595.971	557	-	-	(26.582)	-	569.947

16.3 Vencimentos das parcelas do não circulante

<u>Vencimento</u>	<u>Tipo de moeda</u>
<u>Não circulante</u>	<u>Nacional</u>
2022	27.103
2023	29.008
2024	31.048
2025	33.230
2026	35.566
2027 até 2030	169.089
2031 até 2035	248.664
Total	<u>573.709</u>

Em 25 de setembro de 2018 a Companhia finalizou a contratação junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do empréstimo, no valor total de R\$574.000. Esse empréstimo foi destinado à implementação do Parque Eólico Babilônia I,II, III, IV e V localizados nos municípios de Morro do Chápeu, estado da Bahia. A remuneração do empréstimo é de TJLP mais 2,48% ao ano. Os pagamentos do principal e juros são em 192 (cento e noventa e duas) parcelas na data de vencimento, sendo a primeira parcela em 15 de junho de 2019, e finalizando em 15 de maio de 2035.

16.4 Garantias contratuais

Em virtude do referido empréstimo, a Companhia cedeu os seguintes itens como garantia: ações das Centrais Eólicas Babilônia I,II, III, IV e V, direitos de créditos, fianças bancárias e uma garantia corporativa.

16.5 Covenants contratuais

Adicionalmente, a Companhia ainda possui determinadas obrigações contratuais (covenants), em virtude do empréstimo contratado junto ao BNDES, as quais serão exigidas somente após o início das operações, que aconteceu à partir de 2018 (nota explicativa nº 1.1), abaixo detalhamos essas obrigações:

- Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo integral mínimo de O&M equivalente a 3 (três) vezes o valor mensal da última prestação do serviço de manutenção do aerogeradores;
- Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no valor 3 (três) vezes o valor mensal do serviço da dívida incluindo principal e juros;

- Apresentar em conta caução e depósito vinculado saldo disponível de reserva serviço de dívida das debêntures no valor necessário para perfazer o montante equivalente à próxima prestação dos serviços da dívida das debêntures;
- Manter anualmente um índice de cobertura da dívida igual ou superior a 1,20.

A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim que essas obrigações sejam atendidas.

A Companhia atendeu plenamente a todas as obrigações restritivas (covenants quantitativos e qualitativos) e cláusulas cujos indicadores devessem ser mensurados na data base de 31 de dezembro de 2020.

17 Debêntures

17.1 Composição do saldo das debêntures e encargos

Agente Fiduciário	Quantidade de Títulos	Valor unitário	Valor Total	Data de emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Controladora / Consolidado						
							31/12/2020			31/12/2019			
							Encargos		Total	Encargos		Total	
Circulante	Principal	Circulante	Principal										
Simplific Pavarini - distribuidora de valores mobiliários	87.000	1.000	87.000	15/06/2019	15/06/2019 a 15/11/2033	Implementação do Parque Eólico	5.452	435	83.085	88.972	838	87.000	87.838
(-) Custos de emissão									(2.517)	(2.517)		(2.950)	(2.950)
Total	87.000	1.000	87.000				5.452	435	80.568	86.455	838	84.050	84.888

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

		Quantidade em circulação	Remuneração anual	Condições de amortização	Garantias
Babilônia Holding					
1ª emissão	Série única	87.000	IPCA+ 4,2386%	27 parcelas semestrais e consecutivismo sendo que a 1ª parcela devida em 15 de novembro de 2020.	Ações das SPE's Babilônia I, II, III, IV e V, Aeroeradores, Dividendos, Conta garantia e depósito caução e garantia adicional fidejussória.

17.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2019	Ingresso	Pagamentos	Juros provisio- na- dos	Transferên- cia- s	Valor líquido em 31/12/2020
Curto Prazo						
Debêntures			(3.480)		3.915	435
Juros	838		(3.874)	8.488		5.452
	<u>838</u>	<u>-</u>	<u>(7.354)</u>	<u>8.488</u>	<u>3.915</u>	<u>5.887</u>
Longo Prazo						
Debêntures	87.000				(3.915)	83.085
Juros						-
Custo de transação	(2.950)			433		(2.517)
	<u>84.050</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>433</u>	<u>(3.915)</u>	<u>80.568</u>

17.3 Vencimentos das parcelas do não circulante

Vencimento	Tipo de moeda
Não circulante	Nacional
2022	653
2023	1.305
2024	1.740
2025	2.610
2026	3.480
2027 até 2033	73.298
Total	<u>83.085</u>

As debentures partilham das mesmas garantias e covenants dos contratos com o BNDES

18 Provisão para desmantelamento

	Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019
Desmantelamento	3.110	2.805
Total	3.110	2.805

A movimentação do desmobilização no exercício é a seguinte:

	Desmantelamento
Saldo em 31/12/2019	2.805
Juros	305
Saldo em 31/12/2020	3.110

	Desmantelamento
Saldo em 31/12/2018	2.500
Adição	-
Reversão	-
Pagamento	-
Juros	305
Saldo em 31/12/2019	2.805

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento.

A provisão para desmantelamento do Parque Eólico Babilônia I, II, III, IV e V está registrada em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa nº 18).

O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 12,23% a.a.

19 Outras contas a pagar – Passivo

	Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019
Credores diversos	24.698	11.596
Total	24.698	11.596

O saldo de R\$ 24.698 (2019 R\$ 11.596) no passivo na rubrica de credores diversos - Concessionárias refere-se ao ajuste anual do contrato de suprimento de energia elétrica com a CCEE, conforme as regras indicadas na nota explicativa nº9, esse contrato tem a seguinte característica; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado. Os valores devidos na apuração quadrienal podem variar positiva ou negativamente, em função de mais ou menos energia entregues anualmente durante os anos do quadriênio.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2020 totalmente integralizado é de R\$ 182.048 (2019 R\$ 182.047) e composto de 134.353 (2019 160.993)ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	Ações Nominativas		
	31/12/2020	31/12/2019	%
Astic IE Participações S.A.	134.353	160.993	100%
Total	134.353	160.993	100%

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

20.2 Destinação do lucro

Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessas

de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do período	9.859	23.259
Prejuízo acumulado anos anteriores	-	(2.107)
	<u>9.859</u>	<u>21.152</u>
Constituição de reserva legal - 5% (i)	<u>(493)</u>	<u>(1.057)</u>
Lucro acumulado	<u><u>9.366</u></u>	<u><u>20.095</u></u>
Destinação do lucro	9.366	20.095
Dividendo mínimo obrigatório	2.341	5.024
Reserva de retenção de lucros (ii)	7.024	15.071

(i) **Reserva de lucros - legal**

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém reserva no montante de R\$ 493 a título de reserva legal.

(ii) **Reserva de lucros - retenção de lucro**

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender à potenciais contingências ou eventos incertos no futuro. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía o montante de R\$ 7.024.

21 Receita operacional líquida consolidada

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita Faturada	150.820	146.662
(-) Ajuste Financeiro Energia Não Entregue	<u>(13.849)</u>	<u>783</u>
Receita operacional bruta	136.972	147.445
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	<u>(5.068)</u>	<u>(5.382)</u>
Receita Operacional Líquida	<u><u>131.904</u></u>	<u><u>142.063</u></u>
MWH - gerado / comercializado	580.395	641.172

A redução da energia gerada de 2019 para 2020 ocorreu em função de dois fatores principais: (i) substituição de um transformador da sub-estação coletora do complexo em abril de 2020 e que foi substituído em garantia pelo fornecedor e houve recebimento de lucros cessantes em 2020; e (ii) pelo regime de ventos na região excepcionalmente baixo durante 2020 (já tendo retornado à normalidade da região durante os primeiros meses de 2021). O evento La Niña em 2020 foi confirmado pelos principais centros internacionais de pesquisas climáticas, incluindo a Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA, sigla em inglês).

A avaliação de geração de energia não faz parte do escopo dos trabalhos dos auditores independentes. Para as Demonstrações Financeiras aqui apresentadas, foram utilizados os resultados disponibilizados pela CCEE.

22 Despesas operacionais consolidadas

Babilônia Holding S.A. (Controladora)

	31/12/2020					31/12/2019				
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Administrativas	Outras	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Administrativas	Outras	Total
Não gerenciáveis										
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gerenciáveis										
Serviços de terceiros	-	0	83	-	83	-	-	369	-	369
Compartilhamento de custo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aluguéis e arrendamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(Ganhos) / Perdas na desativação e alienação de bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	69	-	69
Total	-	0	83	-	83	-	-	438	-	438
	-	0	83	-	83	-	-	438	-	438

Babilônia Holding S.A. (Consolidado)

	31/12/2020					31/12/2019				
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Administrativas	Outras	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Administrativas	Outras	Total
Não gerenciáveis										
Encargos de uso da rede elétrica	6.347	-	-	-	6.347	6.076	-	-	-	6.076
Gerenciáveis										
Serviços de terceiros	-	19.831	7.120	-	26.951	-	14.024	-	-	14.024
Compartilhamento de custo	-	-	-	-	-	-	3.955	-	-	3.955
Depreciação	-	28.964	-	-	28.964	-	29.335	-	-	29.335
Aluguéis e arrendamentos	-	1.996	-	-	1.996	-	2.772	-	-	2.772
(Ganhos) / Perdas na desativação e alienação de bens	-	-	-	(7.943)	(7.943)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	921	1.884	-	2.805
Total	-	50.791	7.120	(7.943)	49.968	-	51.007	1.884	-	52.891
	6.347	50.791	7.120	(7.943)	56.315	6.076	51.007	1.884	-	58.967

Em ganhos de alienação de bens e direitos há o recebimento do seguro de lucros cessantes em função da substituição de um transformador da sub-estação coletora do complexo em abril de 2020 (equipamento foi substituído em garantia pelo fornecedor).

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	84	275	455	683
SELIC sobre tributos	-	-	29	-
Outras receitas financeiras	-	-	-	130
Juros recebidos contas a receber	-	-	534	-
	<u>84</u>	<u>275</u>	<u>1.017</u>	<u>813</u>
Despesas financeiras				
Juros e multa sobre impostos	(7)	-	(4)	(17)
Encargos de dívidas	(9.054)	(2.259)	(58.840)	(54.817)
Comissões sobre financiamento	-	(175)	-	(771)
Ajuste a valor presente	(24)	-	(330)	(306)
(-) Juros capitalizados	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	(39)	(82)	(542)	(135)
	<u>(9.124)</u>	<u>(2.516)</u>	<u>(59.716)</u>	<u>(56.045)</u>
Total	<u>(9.040)</u>	<u>(2.241)</u>	<u>(58.698)</u>	<u>(55.232)</u>

24 Imposto de renda e contribuição social corrente

	Controladora			
	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CS	9.859	9.859	23.259	23.259
Alíquota	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL	<u>(2.465)</u>	<u>(887)</u>	<u>(5.815)</u>	<u>(2.093)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões				
Resultado de Equivalência Patrimo	18.982	18.982	6.485	2.334
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não recor	<u>(16.517)</u>	<u>(18.095)</u>	<u>(670)</u>	<u>(241)</u>
Resultado de IRPJ e CSLL	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva - %	<u>0%</u>	<u>0%</u>	<u>0%</u>	<u>0%</u>
Consolidado				
31/12/2020		31/12/2019		
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CS	16.890	16.890	27.864	27.864
Alíquota	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL	<u>(4.222)</u>	<u>(1.520)</u>	<u>(6.966)</u>	<u>(2.508)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Outras				
IRPJ e CSLL diferidos não reconh	(16.517)	(18.095)	(670)	(241)
Ajuste a lucro presumido	15.957	17.366	2.985	1.641
Resultado do IRPJ e CSLL	<u>(4.783)</u>	<u>(2.249)</u>	<u>(3.717)</u>	<u>(888)</u>
Alíquota efetiva - %	<u>-28%</u>	<u>-13%</u>	<u>-13%</u>	<u>-3%</u>

Para as controladas Babilônia I, II, III, IV e V o imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

Para a Companhia, o imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro real), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro real), por meio da aplicação da alíquota de 9%.

25 Instrumentos financeiros

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à Microsoft Dynamics Navision.

A administração dos riscos associados a estas operações incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos futuros.

25.1 Risco de juros

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota explicativa nº 16 e 17, possuem como contraparte o agente Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social e Debêntures de Infraestrutura. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições.

A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudança em variáveis de mercado, supondo:

- (i) Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2020 (CDI 2,75% a.a., TJLP 4,55% a.a. IPCA 4,52%);
- (ii) Cenário II: redução / elevação do índice em 25% e;
- (iii) Cenário III: redução / elevação do índice em 50%.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário I	Elevação do Índice em 25%	Elevação do Índice em 50%
Ativo Financeiro					
Aplicações Financeiras CDB (*)	CDI	70.199	1.815	2.269	2.723
Cauções e depósitos vinculados (*)	CDI	25.824	668	835	1.002
Subtotal		96.023	2.483	3.104	3.725
Passivo Financeiro					
Empréstimos e financiamentos BNDES	TJLP + 2,48%	(600.738)	(41.047)	(51.114)	(37.923)
Empréstimos e financiamentos Debentures	IPCA + 4,2386%	(88.972)	(8.795)	(8.795)	(9.800)
Subtotal		(689.710)	(49.842)	(59.909)	(47.723)
Varição		(593.687)	(47.359)	(56.805)	(43.998)

25.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia são apresentados na nota explicativa nº 16 e 17.

Covenants” são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos “covenants” impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos “covenants” quantitativos por contrato aparecem descritos individualmente na nota explicativa nº 16. Até 31 de dezembro de 2020 todos os “covenants” quantitativos e qualitativos das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude, exceto a obrigação de manter uma reserva especial, a Companhia não poderá distribuir dividendos a seus controladores.

Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº8) e Concessionárias (nota explicativa nº9). A Companhia em 31 de dezembro de 2020 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para

consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (nota explicativa nº 26) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica de “empréstimos e financiamentos” e “provisões” estão considerados os fluxos de caixa projetado. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Babilônia Holding S.A. (Controladora)

Valor Contábil	Total	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	762	762	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos - BNDES	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos - Debentures	88.972	88.972	-	5.887	653	76.777
Provisão de Desmantelamento	-	-	-	-	-	-
Total	89.734	89.735	762	5.887	653	76.777

Babilônia Holding S.A. (Consolidado)

Valor Contábil	Total	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	10.852	10.852	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos - BNDES	600.737	600.731	6.757	20.271	27.103	453.313
Empréstimos e Financiamentos - Debentures	88.972	88.972	-	5.887	653	76.777
Provisão de Desmantelamento	3.110	75.548	-	-	-	75.548
Total	703.671	776.103	17.609	26.158	27.756	605.638

25.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de “Caixa e equivalente de caixa” “Concessionárias” e “Caução e Depósitos Vinculados”.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2020 é:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.228	5.142	71.711	22.119
Concessionárias	-	-	14.744	25.321
Caução e Depósitos Vinculados	-	-	0	34.184
Total Exposição	2.228	5.142	86.455	81.624

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Riscos regulatórios

As atividades da Companhia e regulamentada e fiscalizada pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

25.4 Classificação dos instrumentos financeiros

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Informações de Nível 2: são técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Informações de Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

	Nota	Categoria	Níveis	Controladora		Consolidado	
				31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Financeiros							
Circulante							
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	custo amortizado	Nível 2	33	46	1.512	3.050
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	custo amortizado	Nível 2	2.196	5.142	70.199	19.114
Cauções e Depósitos Vinculados	12	custo amortizado	Nível 2	-	-	-	3.187
Não Circulante							
Cauções e Depósitos Vinculados	12	custo amortizado	Nível 2	-	-	25.824	30.998
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	15	custo amortizado	Nível 1	762	2	10.852	3.546
Debentures	17	custo amortizado	Nível 2	5.887	838	5.887	838
Empréstimos e Financiamento	16	custo amortizado	Nível 2	-	-	27.028	23.792
Não Circulante							
Debentures	17	custo amortizado	Nível 2	80.568	84.050	80.568	84.050
Empréstimos e Financiamentos	16	custo amortizado	Nível 2	-	-	569.947	595.971
Outras Contas a Pagar	19	custo amortizado	Nível 1	-	-	24.698	11.596

Os empréstimos e financiamentos do BNDES e Debentures não foram marcados a mercado por se tratarem de instrumentos financeiros com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado):

		<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Mensuradas ao custo			
Moeda Nacional			
Instituição Financeira			
Debentures	Nível 2	86.455	84.888
BNDES	Nível 2	596.975	619.764
Total		<u>683.430</u>	<u>704.652</u>

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1.1 Responsabilidades com locações operacionais

As Controladas firmaram contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis para instalação e operação do parque eólico. Os contratos têm prazo de 42 anos e poderão ser renovados por períodos sucessivos de 22 anos. O pagamento tem como base 1,5% do faturamento líquido dividido pelo número total de aerogeradores da Usina Eólica e multiplicado pelo número de aerogeradores efetivamente instalados em cada área arrendada.

26.1.2 Obrigação de compra

As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional das Controladas e da Companhia.

26.1.3 Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado

As Controladas assinaram contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Tais contratos possuem prazo de

vigência de 1º de dezembro 2018 a 31 de outubro 2038. Como consequência, 100% de sua capacidade instalada será destinada ao atendimento desses contratos.

26.2 Garantias

<u>Tipo de Garantia Oferecida</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Penhor de Ações (a)	134.353	87.405
Fiança Bancária (b)	921	171
Seguro Garantia (c)	-	900

- (a) Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foi dado em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertencem à Companhia.
- (b) Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira. O saldo de Fiança Bancária refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição e transmissão das Controladas.
- (c) Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas, o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia para participação em Leilão. Terminou em 2019.

27 Meio ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Atualmente, todos os assuntos ambientais estão em conformidade com as condicionantes das Licenças de Operação. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

28 Provisão para risco trabalhista, tributário, cíveis e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo o desfecho desfavorável é avaliado como provável.

Em 31 de Dezembro de 2020 a Companhia não apresentou provisão para riscos trabalhistas, tributárias, cíveis e depósitos judiciais, por não ter conhecimento de processos judiciais e procedimentos administrativos classificados com provável.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

As controladas são partes em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportadas por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perda possível, em 31 de dezembro de 2020 estavam assim representadas:

	Controladora			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade	Montante	Quantidade	Montante
Passivo				
Cobranças extracontratuais 2018	1	(1.506)	-	-
Total	1	(1.506)	-	-

Adicionalmente, há 1 ação de cobrança de extra contratual durante a construção em 2018 onde as Babilônias entram como 2ª ré.

29 Cobertura de seguros

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A avaliação de suficiência dessas apólices não faz parte do escopo dos trabalhos dos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização Consolidado em 31/12/2020
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes	822.254
Responsabilidade Civil	Geral	40.000
Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O)	Geral	15.000

30 Eventos subsequentes

Novas regras eventos constrained off

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou em 22 de março de 2021, a resolução normativa que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas. A resolução determina que para os eventos ocorridos até setembro de 2021, no Ambiente de Comercialização Regulada, será aplicada regra de transição já utilizada na análise de casos concretos. Para os casos que ocorrerem a partir de outubro de 2021, foi definida nova metodologia. Essa nova metodologia (a ser aplicada apenas para as situações que ocorrerem a partir do segundo semestre de 2021) estabelece que o pagamento de restrições de operação às eólicas será feito somente quando a taxa de indisponibilidade ultrapassar 78 horas por ano. Esse valor é uma média móvel de cinco anos, que deverá ser atualizada futuramente pelo Operador Nacional do Sistema.

* * *

Davi Carvalho Mota
Diretor

Ruy de Sousa Pereira Lima
Diretor

Caroline Rodrigues Braz
Contador CRC: 1SP324789/O-9